

## Materialidade da Comunicação – um conceito para a Ciência da Comunicação?

Michael Hanke\*

### RESUMO

Esta contribuição tem o objetivo de apresentar e discutir o conceito da materialidade da comunicação a partir do obra homônima publicado em alemão em 1988, e traduzido parcialmente para o inglês. "Materialidade da Comunicação" é um programa de pesquisa que pretende indagar sobre as condições, o lugar, o suporte e as modalidades de produção de sentido, que, por si, são isentos de sentido. Foi desenvolvido no centro de estudos avançados em pós-graduação de Siegen, Alemanha, com a área de concentração denominada "Formas de comunicação e formas de vida". Participaram deste projeto interdisciplinar pesquisadores de várias disciplinas, tais como letras e ciências sociais; e foi a busca para um consenso mínimo sobre o conteúdo específico dessa área que gerou a idéia de que qualquer comunicação precisa uma componente de materialidade, sendo este o fundamento básico do conceito.

**Palavras-chave:** materialidade, comunicação, ciência

### ABSTRACT

215

*The goal of this contribution is to present and to argue the concept of the materiality of the communication from the work published in German in 1988, and translated partially into English. "Materiality of the communication" is a research program, that intends to inquire on the conditions, the place, the support and the modalities of direction production, that, for itself, they are exempt of direction. It was developed in the Siegen center of advanced studies in post-graduation , Germany, with the concentration area called "Forms of communication and forms of life". Several professors had participated in this project to interdisciplinary searching, such as social letters and sciences; and it was thesearch for a minimum consensus on the specific content of this area that generated the following idea: any necessary communication needs a componentof materiality, because this is the basic bedding of the concept.*

**Key words:** materiality, communication, science

\* Trabalho apresentado ao NP 01 – Teorias da Comunicação, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

\*\* Doutor em Semiótica, em 1990, Pós-doutorado no Centro de Estudos Avançados em Siegen entre 1991 e 1993, Livre-Docente em Ciências da Comunicação, em 1998, na Alemanha. Coordena o Núcleo Vilém Flusser, onde desenvolve pesquisa sobre a Teoria da Media e Comunicação de Vilém Flusser (CNPq 2003/2006).

“Materialidade da Comunicação” é o título de um livro, baseado num congresso homônimo, cujos organizadores, Hans Ulrich Gumbrecht e Karl-Ludwig Pfeiffer, foram diretores do Centro de Estudos Avançados em pós-graduação na cidade de Siegen, Alemanha. A área de concentração deste projeto interdisciplinar foi denominada “Formas de comunicação e formas de vida”, da qual participaram pesquisadores, nacionais e estrangeiros, de várias disciplinas, tais como letras e ciências sociais.

A edição do livro na versão alemã, publicada em 1988, conta com 943 páginas e 55 artigos de autores diferentes. A tradução para o inglês é uma seleção de 34 textos, sendo 26 da edição original e mais 08 novos textos. Não participaram dessa versão, entre outros, Luiz Costa Lima, então professor na PUC – Rio e na Universidade Federal Fluminense, Humberto Maturana e Paul Watzlawick.

“Materialidade da Comunicação” é um programa de pesquisa, que pretende indagar sobre as condições, o lugar, o suporte e as modalidades de produção de sentido, que, por si, são isentos de sentido. Esta é a definição-chave do colóquio e do conceito. Em outras palavras, pergunta, o que sobra dos fenômenos da comunicação, depois de abstrair a dimensão do significado, e se isso pode constituir uma nova área de pesquisa interdisciplinar.

Na introdução Ludwig Pfeiffer pergunta, 1º se, tendo em vista que tudo é uma construção, interpretação, simulação, informações circulando, existe ainda ou pode ser pensado algo como materialidade? E 2º se existem veículos materiais fora da interpretação? A resposta do conceito é sim, porque materialidade é concebida como o outro lado da interpretação. O conceito quer repensar a hermenêutica, pressupondo uma dicotomia entre uma materialidade, uma presença de coisas e situações num nível de “realidade” fora da interpretação, e, de outro lado, as respectivas interpretações. Transferido para a comunicação isso quer dizer: o desenvolvimento e funcionamento de sistemas e o uso destes sistemas de conhecimento na comunicação são duas coisas diferentes.

Segundo Gumbrecht, o conceito tenta resolver o seguinte problema: qualquer entendimento de uma configuração do passado é realizado através de uma transferência daquilo que queremos entender para nossa presença; mas não temos critérios para distinguir interpretações adequadas de projeções inadequadas que nos fazemos. “Materialidade” expressa a esperança de fugir dessas projeções, sendo as materialidades objetos de pesquisa, e desenvolver significado em cima desses fenômenos materiais, privados do significado, que eles continuam a apresentar. A idéia foi pesquisar elementos constitutivos para “formas de comunicação” – sem ofuscar estes por interpretações prematuras. Dar atenção ao som como som, ao gesto corporal como gesto corporal, sem perder esta materialidade do significante de vista por causa da atenção dada ao significado (1988: 915). Entender o que se pode fazer com uma caneta sem interpretar as palavras escritas com ela.

As ciências do “espírito” ou da cultura (as ciências humanas) do futuro não deveriam tratar o nível do significado dos produtos culturais, mas, o que pareceu mais promissor, as materialidades desta produção. Quis se aproximar às ciências exatas, ou melhor, superar o dualismo entre as ciências humanas e exatas (Gumbrecht 1988: 728, 1988: 919). Essa re-configuração das ciências humanas intencionada se reflete no programa do centro dos estudos avançados, fundado em 1986: introduzir formas de comunicação para as ciências da literatura e lingüística deveria transformar as filologias antigas, ou seja, colocar em pauta estruturas de organização, media, o corpo, a voz ou a escrita – materialidades – e deveria mostrar como formas de vida se baseiam em formas de comunicação.

No seu livro mais recente, “Production of Presence – What Meaning Cannot Convey” – “Produção de presença – o que o significado não pode trazer”, Gumbrecht, ao contar a história do desenvolvimento do seu pensamento, contextualiza, no primeiro capítulo chamado “Materialidade/O não-hermenêutico/presença”, o conceito da materialidade da comunicação. Ainda aqui o embate de Gumbrecht é com a hermenêutica e com a prática da interpretação, especificamente nas letras. Ele defende que, além da interpretação, existe um nível que não é alcançável pela interpretação, que serve como ponto de partida para o processo: a materialidade. “Materialidade da Comunicação” é o “campo não-hermenêutico”, aquilo que serve como base para interpretação, mas não é idêntico a ela. Isso é importante se queremos transferir o conceito das letras (literatura) para as ciências sociais (aplicadas), ou para a Comunicação. É obvio que a interpretação é também essencial para estes, mas numa forma diferente do que para a história da literatura.

A crítica à interpretação não quer excluir o nível do significado, mas “materializar” o discurso das ciências da cultura, e questionar a tradição, segundo a qual a interpretação seja a prática exclusiva das ciências humanas. “Materialidade” pretende derrubar essa hegemonia da interpretação, que veda a pesquisa de outros fenômenos e questões (Gumbrecht 2004: 32). Mesmo não sabendo uma alternativa ao sentido e à hermenêutica, existia um desconforto com o relativismo intelectual que acompanha a cultura de interpretação (Gumbrecht 2004: 23) – e isso vale a pena discutir também na Comunicação.

O colóquio de 1987 no qual o conceito foi desenvolvido é o quarto de uma série de cinco, realizados entre 1981 e 1989. O local, a cidade de Dubrovnik na Iugoslávia, foi escolhido por vários motivos; um deles sendo que a Iugoslávia foi o único país da Europa acessível para pessoas de países ocidentais e orientais, os últimos com governos comunistas, que restringiram viagens para o exterior. Esse detalhe já indica um espírito específico desses encontros. A título de curiosidade, gostaria de mencionar que também participaram nesta história, por duas vezes, brasileiros. Segundo Gumbrecht,

a idéia dos colóquios nasceu quando ele, em 1979, junto com um “amigo brasileiro” (não especificado), atendendo um outro congresso, sentiu o desejo de voltar para essa cidade linda: materialidade é também um pressuposto para a ciência!

A idéia geral dos colóquios foi analisar a ciência da literatura e da lingüística historicamente. Pouco satisfeito com os resultados dos primeiros três, o grupo procurou um novo rumo, e alguém propôs, em 1985, “materialidade da comunicação”. Dois anos depois foi realizado o colóquio, do qual Gumbrecht se lembra com as seguintes palavras:

*“Se tem algum encontro científico que eu presenciei que merece o elogio de ter sido “instigante”, “importante”, “produtivo”, foi o colóquio sobre materialidade da comunicação na primavera de 1987.” (2004: 24)*

218

“Materialidade” e “comunicação” prometeram ser conceitos melhores para trabalhar as questões com mais exatidão e rigor científico, saindo da prática das interpretações repetidas e fartas. A busca de um novo discurso foi motivada por um cansaço com as teorias antigas, ou seja, a teoria crítica, o marxismo, o estruturalismo, o pós-estruturalismo, o deconstrutivismo, e já em 1987, o pós-modernismo (Gumbrecht 1988: 911). “Discursos baixos” é o título do resumo do colóquio de Gumbrecht, e o fato de que a noção de paradigma foi evitada neste contexto merece destaque para caracterizar uma certa modéstia do projeto. Grande estima, por outro lado, foi dada aos seguintes autores: Paul Zumthor, que destacou a voz e a escrita como formas de comunicação centradas no corpo, Jean-François Lyotard, que alegou que a revolução da mídia eletrônica gera uma nova “imaterialização” da vida humana, Walter Benjamin, que ensinou a importância do contato direto com os objetos culturais, e Jaques Derrida, segundo o qual a exclusão do significante (uma forma de materialidade) é responsável pela hegemonia do Logo-Phonocentrismo da cultura européia. “Materialidade da Comunicação” abriu os olhos para assuntos fascinantes como história da mídia, *body culture* e para a seguinte questão: quais efeitos diferentes mídia, ou seja, diferentes materialidades têm em relação ao sentido realizado na comunicação (Gumbrecht 2004: 27/28). Também destacada é a importância do Friedrich Kittler e sua “sensibilidade intelectual” para as formas de materialidade, que o deixa perceber como movimentos intelectuais são encaminhados por inovações nos meios de comunicação baseado na tecnologia.

Por exemplo, Martin Stingelin, ao tratar o filósofo Nietzsche, não parte de um nível de conteúdo filosófico, mas analisa as condições e materialidades mediáticas do filósofo. A máquina de escrever, por conseguinte,

foi desenvolvida naquela época com a intenção de facilitar a vida de cegos. Nietzsche, quase cego, com 14 dioptrias, teve que por o rosto bem acima do papel, e as letras foram difíceis de identificar. Receber uma máquina de escrever, em 1882, aliviou muito as condições de trabalho deste, e num comentário relacionado ao novo aparelho de escrever ele nota: nossos instrumentos de escrever também participam quando trabalhamos nossas idéias. (Stinglin 1988: 337) Muitos artigos analisam casos específicos dessa materialidade, Vivian Sobchack (1988), por exemplo, apresenta uma fenomenologia da presença no filme e na mídia eletrônica, analisando o desenvolvimento histórico da fotografia e do filme e o impacto que estes têm para a natureza do “olhar mecânico”, inclusive as transformações da experiência corporal, do tempo e do espaço sob o regime da mudança analógico – digital. É esse estilo de olhar para os fenômenos de uma outra maneira, mais voltada para as materialidades – e os media – e menos para interpretações, que caracteriza o conceito, e assim, sem dúvida, ainda continua estimável.

Em outros termos, materialidade foi descrita como o outro lado da semântica. Jan Assmann, tratando a materialidade da escrita hieroglífica egípcia, entende materialidade com noções da semiótica. Trabalha com dois lados do signo, um semântico, o significado, e ou outro, sua forma material de presença (Assmann 1988: 143). A materialidade do signo é essa parte da matéria prima, que não influencia o significado. Por exemplo, um R pode ser cinzelado em pedra, arranhado em couro, imprimido em vários tipos de fontes - Fractura, Garamond ou Helvetica -, sem isto afetar seu significado e valor enquanto fonema: continua sendo um R. Para sua funcionalidade é só essencial que ele não seja confundido com uma outra letra, digamos, um P. Aleida Assmann (1988: 238), de maneira semelhante, recorre a uma regra simples, a relação inversa entre presença e ausência: para ganhar um conteúdo semântico, um signo tem que perder a sua materialidade. Para alcançar o significado, ausente, temos que penetrar (ou transcender) a materialidade do signo, que é presente. Mesmo Niklas Luhmann, com sua nova teoria de sistemas, percorre a noção de símbolos materializados e organizados em sistemas (Luhmann 1988: 885). De maneira semelhante, Friedrich Kittler, ao destacar a importância da dimensão da materialidade na comunicação moderna, alega que não existe significado sem portador, ou seja, veículo físico (Kittler 1988: 324), e recorre à teoria matemática de Shannon, já que esta exclui o nível de significado e é uma teoria pura de materialidade.

Porém, a euforia coletiva inicial de 1989 deste “discurso não-hermenêutico” revelou-se como ilusório, e depois dessa série dos colóquios, perdeu-se o “impulso epistemológico” (Gumbrecht 2004: 29). Caiu num conceito convencional do signo, segundo o qual, na comunicação é transferido um sentido que, implicando um (indesejado) conceito metafísico, é localizado abaixo da superfície da materialidade. Para Gumbrecht faltaram noções que

operassem melhor a materialidade da comunicação, e a solução para ele foi dada por um aluno durante uma aula na UERJ em meados dos anos 90 que propôs “produções de presença” para designar os efeitos da materialidade da comunicação, o que virou exatamente o título do novo livro de Gumbrecht. A “produção de presença” aperfeiçoa o conceito da materialidade da comunicação; chama atenção para aquele lado de um texto, uma obra de arte ou um objeto cultural qualquer, que não é acessível para a interpretação, mas serve como base para ela. (Por isso, o título da versão em alemão é “No outro lado da hermenêutica”.) Presença é aquilo que é palpável, concreto, evidente e tem um impacto corporal, e Gumbrecht defende uma oscilação entre efeitos de presença (= materialidade) e efeitos de significado.

## **Conclusão**

220

O conceito de materialidade é utilizado em todos os vários tipos de teoria da comunicação que trabalham com alguma noção de suporte material. Parece difícil fugir desse pressuposto sem questionar a idéia da comunicação; são “inúmeras e persistentes ... as abordagens sobre a materialidade da comunicação”, sendo a materialidade “um dos leitmotifs da discussão do campo comunicacional e, definitivamente, não pode ser creditada ao círculo de Gumbrecht” (Pereira de Sá 2004: 33, 42). Assim, com toda razão é usado mesmo sem referência ao grupo de Gumbrecht/Pfeiffer. O conceito também tem antecessores, como é confirmado em algumas contribuições do livro. Barck, por exemplo, destaca a *materialité* desenvolvida no grupo Tel-Quel por Julia Kristeva, a produção de textos da *chaine signifiante* (Barck 1988: 131).

Todavia, sendo que “falar em ‘materialidades da comunicação’ significa ter em mente que todo ato de comunicação exige a presença de um suporte material para efetivar-se” (Felinto 2001, apud de Sá 2004: 32), o conceito tem uma pertinência óbvia para a teoria da comunicação (Felinto 2001). Qualquer idéia de representação implica algo que representa e algo que é representado, sendo aquilo que representa sempre uma forma de materialidade. Isso pode ser visto como um dos axiomas básicos da semiótica; segundo Husserl, qualquer compreensão do pensamento (no sentido amplo, incluindo emoções, desejos etc.) de um outro requer como veículo ou medium a apreensão de um objeto, um fato ou evento do mundo externo materializado, entendido como representação em relação ao significado. A materialidade que representa é chamada signo (por Alfred Schütz (1967: 319) ou representamen (por C. S. Peirce, usado, às vezes, como sinônimo de signo, por exemplo CP 2.274). E conforme Umberto Eco:

*“O processo de significação só se verifica quando existe um código. [...] Sempre que, com base a regras subjacentes, algo MATERIALMENTE presente à percepção do destinatário ESTÁ PARA qualquer outra coisa, verifica-se a significação.” (Eco 1997: 6, grifes de Eco)*

Sendo a semiótica não desconhecida para muitos autores do grupo, este raciocínio é também compartilhado por alguns deles. Podemos ainda apontar para duas disciplinas não consideradas por eles: a fonética e a fonologia. A primeira analisa o nível do significante, a materialidade física da língua, e a segunda está como unidades funcionais (complementaria bem as análises de Gumbrecht (1988a) sobre a constituição de ritmo). O fato de que as duas disciplinas fazem parte da lingüística nos chama atenção pelo fato de que o grupo Gumbrecht/Pfeiffer vem dos estudos literários e das filologias, e eles descobriram a materialidade oriunda deste ponto de vista. Concordamos com Pereira de Sá que, discutindo o conceito da materialidade da comunicação, observa que, sem “qualquer preconceito contra a interdisciplinaridade, ... torna-se obrigatório o reconhecimento dos limites de cada um dos campos e de seus interlocutores – no caso o da comunicação e o dos estudos literários” (de Sá 2004: 33). As ciências sociais, na tradição weberiana, concebem o objeto como algo produzido pelos atores sociais, ou seja, construções de primeira ordem, que operam na vida social, e para isso precisam de uma visibilidade ou outras formas de percepção. A partir disso, a ciência social se empenha em produzir análises de segunda ordem a partir desses objetos já configurados pelos atores. Igualmente como uma ciência dos media, as ciências sociais já focalizam a materialidade e o desafio para estas é chegar ao significado. O grupo Gumbrecht/Pfeiffer faz o caminho inverso, o que se deve à qualidade específica dos objetos das letras. Concluímos com uma opinião salomônica compartilhada por eles: que a materialidade e o sentido desenvolvido a partir dela são considerados inseparáveis. Assim sendo, qualquer metodologia nas ciências humanas que inicia a investigação na materialidade deve alcançar o nível de interpretação, e vice-versa, a interpretação tem que considerar as condições materiais de produção deste sentido.

### **Referências bibliográficas**

ASSMANN, Aleida: Die Sprache der Dinge. Der lange Blick und die wilde Semiose. In: GUMBRECHT/PFEIFFER 1988: 237-251.

ASSMANN, Jan: Im Schatten junger Medienblüte. Ägypten und die Materialität des Zeichens. In: GUMBRECHT/PFEIFFER 1988: 141- 160.

BARCK, Karlheinz: Materialität, Materialismus, *performance*. In: GUMBRECHT/PFEIFFER 1988: 121-138.

ECO, Umberto: Tratado Geral da Semiótica. São Paulo: Editora Perspectiva 1997.

FELINTO, Erick: Materialidades da Comunicação: Por um novo Lugar da Matéria na teoria da Comunicação. Revista Eletrônica Ciberlegenda, n. 5, 2001.

GUMBRECHT, Hans Ulrich: Flache Diskurse. In: GUMBRECHT/PFEIFFER 1988(b): 914-923.

GUMBRECHT, Hans Ulrich: Diesseits der Hermeneutik. Die Produktion von Präsenz. Frankfurt/Main: Suhrkamp 2004. [Production of Presence. What Meaning Cannot Convey. Stanford: University Press 2004]

GUMBRECHT, Hans Ulrich: Rhythmus und Sinn. In: GUMBRECHT/PFEIFFER 1988(a): 714-729.

GUMBRECHT, Hans Ulrich & PFEIFFER, K. Ludwig (orgs.): Materialität der Kommunikation. Frankfurt/Main: Suhrkamp 1988.

KITTLER, Friedrich: Signal-Rausch-Abstand. In: GUMBRECHT/PFEIFFER 1988: 342-359.

**222** LUHMANN, Niklas: Wie ist Bewusstsein an Kommunikation beteiligt? In: GUMBRECHT/PFEIFFER 1988: 884-905.

PEIRCE, Charles Sanders: Ícone, Índice e Símbolo. CP 2.274-2.308. In: Charles S. PEIRCE: Semiótica. São Paulo: Perspectiva 2000.

PEREIRA DE SÁ, Simone: Explorações da noção de materialidade da comunicação. In: Contracampo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. 10/11, 2004: 31-44.

PFEIFFER, K. Ludwig: Materialität der Kommunikation? In: GUMBRECHT/PFEIFFER 1988: 15-28.

SCHÜTZ, Alfred: Symbol, Reality, and Society. In: Collected Papers (CP). I: The Problem of Social Reality. Edited and introduced by Maurice Natanson. Den Haag: Nijhoff 1967 (2. ed.), 287-356.

SOBCHACK, Vivian: The Scene of the Screen. Beitrag zu einer Phänomenologie der 'Gegenwärtigkeit' im Film und in den elektronischen Medien. In: GUMBRECHT/PFEIFFER 1988: 416-428.

STINGELIN, Martin: Kugeläusserungen. Nietzsches Spiel auf der Schreibmaschine. In GUMBRECHT/PFEIFFER 1988: 326-341.



## Estudos brasileiros de cibercultura: vista sobre o estado da arte

---

*Francisco Rüdiger\**

- André Lemos e Paulo Cunha (orgs.): Olhares sobre a cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003.

---

\* Doutor em ciências sociais (USP) e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Olhares sobre a cibercultura é mostra representativa da linha de trabalhos que, nos últimos anos, vem desenvolvendo o GT “Sociedade tecnológica e Novas tecnologias de Comunicação” das reuniões anuais da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Proceder à leitura do volume nos permite saber mais a propósito de diversas facetas desse fenômeno emergente, a cibercultura, e, ao mesmo tempo, elaborar um conceito sobre os méritos e limitações, virtudes e vícios intelectuais da elite dos seus pesquisadores e pensadores no Brasil.

Varia em muito a matéria, visto os articulistas abordarem desde pontos conceituais, como os problemas da esfera pública virtual, da inteligência artificial e da ascensão da dromocracia, até estudos de casos, como os dos blogs, a cibermetização dos corpos e a cena da música eletrônica. Em linhas gerais e procurando fazer uma média, o resultado do volume parece-nos de bom nível, seja no tocante aos temas tratados, seja na propriedade das abordagens. Todos os textos são escritos com seriedade e revelam bom nível de informação.

Paula Sibília e Simone Pereira de Sá, enfrentando, por ordem, os temas dos blogs e da cena musical eletrônica, escrevem os trabalhos mais eruditos e documentados do volume. Simone Pereira de Sá procede a um esboço de mapeamento do campo da música eletrônica, seguindo as linhas de um projeto cujo objetivo é pensá-la em relação à tradição musical estabelecida no Brasil. Explicitando os pressupostos históricos e elementos típicos do fenômeno, ela lança as bases para um eventual trabalho posterior de descrição etnográfica, baseando-se na idéia de remediação defendida por Jay Bolter e Richard Grusin (p. 153-173).

Já Sibília lembra que seu assunto, embora novo pelo suporte, dimensões e sentido, pode ser pensado em relação às formas primevas que lhe dão um simulacro de paradigma cultural, histórico e sociológico. Relativamente aos blogs: “Não carece de interesse a comparação com as modalidades que podem ser consideradas seus ‘ancestrais’, de algum modo, pois elas proporcionam um pano de fundo contra o qual é mais fácil enxergar as inovações”.

Como ela nota através da recolha de exemplos e de comparações históricas, os diários íntimos eletrônicos não são íntimos (por isso o certo seria até evitar a legitimação teórica da expressão - sugeriríamos). “Convém aos pesquisadores se manter alerta e desconfiar dessas (supostas) permanências”. As práticas persistem apenas em aparência e, portanto, seus sentidos se alteram com a constelação histórica que as articula (p. 146).

Paulo Cunha e Suely Fragoso optam pelo estranho caminho que consiste em tentar iluminar fenômenos bem estudados por outras disciplinas com conceitos extraídos menos de outros ângulos do que de campos alheios aos em que aqueles se instituem, ou então que é o de empilhar argumentos

oriundos de diversas latitudes para defender o princípio de sociologia formal, isto é, sem proposição ética, política, histórica ou humana, segundo o qual não há um mas, antes, vários ciberespaços.

Pensamos que não é razoável projetar a teoria do imperialismo no território da física nuclear. Portanto, parece-nos esdrúxula a pretensão de que com categorias oriundas do design de espaços virtuais e da arquitetura de sistemas de informação se produza um esclarecimento sobre as relações internacionais e movimentos de distribuição da riqueza na era da globalização ciberespacial (p. 197-211).

Outrossim, pensamos que é um truísmo reconhecer que nada do que é humano é simples de analisar ou exclui o acréscimo de outros pontos de vista. Portanto, parece-nos pregação escolar acaciana a conclusão de estudo cujo sentido é mostrar que o ciberespaço é um terreno plural, complexo e dinâmico e que, “além das escalas mobilizadas neste texto, outros enquadramentos (ou inclusive os mesmos em outros instantes) revelarão novas imagens igualmente verdadeiras e verossímeis” (p. 212-231).

Erick Felinto examina competentemente o movimento do trans-humanismo com o objetivo de nos alertar para as ilusões místicas e fantasias arcaicas que se reproduzem nos extremos da tecnologia avançada (p. 24-36). Já Alex Primo relembra-nos em boa síntese os precários fundamentos experimentais e a insuficiência das premissas que norteiam o projeto de pesquisa da inteligência artificial (p. 37-56).

Os artigos referenciam o eixo em que se equilibra o conjunto de textos enfiado no volume. O principal mérito de ambos nos parece a pretensão de examinar o problema em foco com os meios adequados ao exigido pela matéria e de acordo com um bom senso informado criticamente. O problema é o sentido das proposições, visto não estar claro, positivamente, sobre que base teórica se assentam as análises, quais são seus pressupostos históricos e epistemológicos. Obviamente, isso não é culpa dos autores, se admitirmos que a cibercultura, em seu processo de imposição, é em si mesma uma agência de radicalização do modo fragmentado de ser e de pensar humanos consolidado no início do século XX.

Cremos, prosseguindo a leitura, que decepcionam os trabalhos dos pesquisadores mais consagrados presentes no volume, André Lemos e Eugênio Trivinho. Ambos são autores de obras não apenas relevantes mas meritórias sobre a cibercultura, ficando, por isso, aquém de seu potencial já demonstrado nas contribuições dadas ao texto aqui resenhado.

Eugênio Trivinho sucumbe em seu texto sobre o suposto caráter terrorista da democracia que imporiam as novas tecnologias de comunicação à verbosidade altissonante, mas despojada do sentido ético que tanto conferia dignidade moral e política a vários de seus belos trabalhos anteriores, como O Silêncio no prato e Contra a câmera escondida.

Na presente ocasião, a vontade muito apropriada e justa de fornecer demonstração teórica do problema da velocidade na cultura tecnológica contemporânea se encontra prejudicada pelo emprego de uma linguagem pomposa e esterilizante, no qual os problemas do mundo acabam mitificados e encobertos por uma retórica desenfreada à qual, se houvesse espaço, poder-se-ia repetir os termos da crítica de Marx a Proudhon (Miséria da Filosofia).

Autor do rico Ciberultura, tecnologia e vida social (Porto Alegre: Sulina, 2002), André Lemos pende para o lado oposto dos autores citados, ao apontar as características que, segundo ele, definem a ciberultura. Em poucas páginas, o pesquisador procura sintetizar não apenas o conceito da mesma, mas seu impacto nos campos da sociedade, da comunicação, da política, da arte, da linguagem e do urbanismo. Excelente verbete de enciclopédia não especializada, o texto se resente da falta de erudição que seria necessária para enfeixar bem os ensaios que lhe seguem e preenchem o resto do volume, visto o caráter e ambição que todos demonstram.

O problema maior, porém, não é nem mesmo a enunciação das “três leis da ciberultura” que encaminha seu desfecho, mas a própria conclusão do artigo, que expressa, a nosso ver, um defeito presente em quase todas as colaborações do volume. A saber, a observação trivial travestida de sabedoria teórica; a banalidade empacotada com o papelão da argúcia intelectual.

“Devemos assim estar aberto às potencialidades das tecnologias da ciberultura e atentos às negatividades da mesma” (p. 23), escreve André Lemos. Quem discordará, não sendo néscio? “O fenômeno ainda está em sua pré-história e esse objeto dinâmico se transformará com certeza” (idem). Alguém terá dúvida disso, não sendo desinformado? De resto, somos advertidos, como se fosse necessário, que, em sendo dinâmico, o fenômeno se “transformará” e que isso, também nos é dito, é uma “certeza” (idem).

Daí em diante, abundam esse tipo de juízos analíticos, triviais e redundantes.

Vinícius Pereira especula sobre o desenvolvimento combinado da mente e da comunicação a partir do pressupostos da filosofia da primeira, compondo texto que é, em forma, o retrato negativo do artigo de Alex Primo. Surpreende a conclusão (p. 93): “[Provavelmente] o cérebro humano ainda não esgotou as suas possibilidades. Com toda a certeza, suas atuais realizações estão muito abaixo das realizações possíveis”. Ora, sendo certo que é assim, então não é provável (no sentido de probabilidade) ou é (no sentido de podemos fazer prova) que suas possibilidades não estejam esgotadas. A ambigüidade ou confusão assim criada oculta a trivialidade da idéia e a banalidade do raciocínio, “grifado para os objetivos do texto”, como escreve seu autor.

Quem de sã consciência e o mínimo de informação contestará o juízo de acordo com o qual ainda não empregamos todo o potencial contido em nosso cérebro, um slogan convertido em bandeira dos manuais de auto-

ajuda e negociado barato no mercado de idéias há mais de um século? Quem diria McLuhan tem a ver com Lair Ribeiro, que por ato de vontade funda a neurolingüística nas estruturas do cérebro e, assim, corrobora a seu modo a redução do progresso das tecnologias de comunicação ao princípio do darwinismo neural (p. 104-110). Em função disso, certamente, terá de se convir, é perda de tempo justificar conceitualmente a afirmação de que “os computadores pensam [...] cada vez mais informações” (p. 110, grifo de Pereira).

Estamos na cultura da interface e não há mais tempo para isso (pensar), pronto!

Adiante, lê-se de quem explora com os meios da lógica formal os efeitos da interação dialética entre sujeito e objeto, corpo e ação criadora nas novas redes sociotécnicas a afirmação segundo a qual “em face de um objeto qualquer, é exterior aquilo que lhe é superficial, o que está em contato com o espaço que o cerca, ou está inteiramente localizado nesse espaço”. Afinal, “diante do mesmo objeto, [o] interior corresponde ao espaço compreendido por seus limites”, sendo “interior tudo o que se encontra dentro desses limites” (p. 125).

Coelho dos Santos pretende esclarecer assim, mediante enunciados analíticos, os exemplos bem coletados de como o corpo é modelado pela cultura maquinística atual e como “a dicotomia interioridade/exterioridade sofreu as conseqüências do acoplamento corpo/tecnologia” (p. 130). Ocorre que não apenas o raciocínio se funda em constelações reificadas, tornadas paradigmas da análise, como os exemplos carecem do bom senso crítico que evitaria sua aceitação imediata e ingênua.

Digital sexsations, relata o autor, oferece vibradores individuais conectáveis em rede e manipuláveis online. Cada parceiro regula maquinicamente os implantes que puseram em suas zonas erógenas “em função das instruções [que recebem do outro]” (p. 131). Assim sendo, aceitemos por hipótese, a pergunta que conviria fazer, porém, é por que ainda se precisa de um parceiro? Havendo ruptura histórica do princípio de sujeição (relação do “interno” com o “externo”), algo que duvidamos, qual é sua (da hipótese) relevância ética, moral, política e humana?

O próprio autor nutre essa suspeita, de que não há muito valor nisso que se está dizendo, salientando que há formas de sexo virtual “sem os embaraçantes intermediários dessa natureza”. Referindo-se aos chats dedicados à interação de sentido erótico, ele afirma que “seria equivocado duvidar da realidade dos relacionamentos cibersexuais”, porque “os corpos dos participantes passam por estados ou alterações de estados afetivos comensuráveis com aqueles experimentados nas relações em que os parceiros estão fisicamente juntos no ato” (p. 132).

Mas, sempre? Como saber...?

Pode-se admitir como hipótese reguladora, não empírica, que, quando o sentido da ação social é o mesmo, os estados afetivos virtuais dos agentes

são comensuráveis com os mais imediatos. Nesse caso, contudo, seria preciso reconhecer o caráter analítico e portanto histórico e sociologicamente trivial da proposição: enquanto forem tais, os corpos sempre estão passando por mudanças de estados afetivos; nesse plano, o formal, o beijo na boca e o beijo virtual têm o mesmo gosto, são equivalentes...

Questões como essas são o impensável de uma reflexão sobre a cibercultura que não consegue se distanciar crítica e reflexivamente de suas pressuposições, as da própria cibercultura, e que aparenta ufanar-se de seu almejado mas pouco lúcido vanguardismo intelectual.

Francisco Paulo Marques nos fornece um último exemplo do problema enfocado, um problema que, embora seja possível de tratar assim, não pretendemos documentar exaustivamente. O texto do autor lida com o conceito de esfera pública virtual. Afirma ele: “faz-se necessário que sempre nos policiemos no sentido de ressaltar as potencialidades dos fluxos de informação no ambiente virtual” (p. 192).

Porém, prossegue, “não é suficiente que as entidades (ou mesmo pessoas) apenas marquem presença na Internet: é necessário, sobretudo, saber utilizar as ferramentas oferecidas de forma correta, sempre se adequando às potencialidades e às necessidades de um determinado movimento social”. Por isso, conclui, “ainda é longo o caminho para percorrer até se desvendar o potencial da comunicação mediada por computador” (!) (p. 193).

228

Durma-se com essa prédica cheia de civismo óbvio e barato, conforme o qual nos é dito em tom de revelação sensacional e como se cidadania não exigisse responsabilidade e, por ventura tendo adquirido novidade, não precisasse de renovação: “a nova cidadania, concebida com a idéia de aldeia global, requer uma renovação da sociedade, chamando a atenção para a responsabilidade pública” ! (p. 191).

Repassando a matéria comentada, pode-se afirmar que são pertinentes e sugestivos os pontos de vista e assuntos trabalhados por nossos principais pesquisadores em cultura e novas tecnologias de comunicação. Porém, saltam ao olhar as banalidades de sociologia formal e os truísmos interpretativos neles presentes. Desejamos crer que esse problema intelectual não é só tal, tendo a ver com as próprias fundações históricas da cibercultura e com o fato de que todos nós, sejamos leigos ou pesquisadores de ponta, estamos nos tornando criaturas de uma época pouco propensa à reflexão orientada finalisticamente, qualquer que seja o ponto de vista, e incapaz de elaborar os meios para compor uma interpretação de conjunto sobre suas circunstâncias.